

É SEMPRE “MARIA-CHUTEIRA”? : INSERÇÃO DE MULHERES EM TORCIDAS ORGANIZADAS

Bárbara Gonçalves Mendes¹

APRESENTAÇÃO

O futebol é tido como o maior fenômeno social brasileiro, representando uma identidade nacional e proporcionando à população a sensação do país enquanto uma potência reconhecida mundialmente. Ao contrário do que pensam os críticos, não se trata apenas de um esporte e nem se dá em um “Brasil paralelo” (Guterman, 2009). Ele é uma construção sócio-histórica que não está dissociada dos desdobramentos da vida política, econômica e cultural do país, sendo muitas vezes expressão de aspectos importantes destes outros âmbitos da vida. As torcidas organizadas, neste sentido, não podem ser encaradas ou entendidas sem essas referências sociais, culturais e históricas. Esta multiplicidade de fatores facilita a compreensão do seu surgimento e de sua formação. Desta forma, torna-se indiscutível a influência social sobre o futebol (e vice-versa), o que faz deste “esporte” e das relações que o envolvem um campo fértil de possibilidades de pesquisa sobre a cultura brasileira contemporânea.

A tradição futebolística, tanto na prática esportiva quanto na torcida, está associada ao que é ser homem - masculinidades -, se tratando de um importante elemento na sociabilidade masculina principalmente por envolver competições, desafios e manutenção de honra - necessidade de vencer sempre em campo. A sociabilidade masculina tem alguns esportes como um porto seguro, e, no caso do futebol há evidências de lógicas simbólicas de pertencimento, exclusão e resolução de tensões que, em casos extremos, podem conduzir a confrontos físicos e violência, o que pode ser observado nas brigas entre torcedores de times adversários ou até mesmo em episódios de agressão dentro de campo. A inserção da mulher neste meio homossocial masculino é algo ainda pouco conhecido, sendo grande parte dos estudos referentes à prática desportiva e não sobre a participação feminina nas torcidas.

Pensando na exclusão² das mulheres neste meio, a psicologia social e o estudo

¹ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, integra o Grupo de Pesquisa em Memórias, Representações e Práticas Sociais, o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e o Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT).

das relações de gênero nos permitirão analisar com mais profundidade as questões explicitadas pelo futebol e pelas torcidas organizadas, por atentarem para a naturalização que invisibiliza a desigualdade das relações de gênero: “a distância entre a igualdade legal, formal e política e a prática de todos os dias” (Nogueira, 2001).

Por fim, este trabalho parte das reflexões que se deram na construção de um projeto de mestrado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste artigo em si, objetivamos discutir como as mulheres torcedoras podem ser diversas no seu torcer a fim de buscar uma legitimidade nesta prática. Repensando estas experiências, que são muitas vezes desconsideradas como forma de demarcar este espaço tradicionalmente masculino, poderemos contribuir para a desconstrução da ideia do futebol como um contexto homossocial.

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros jogos de futebol no Brasil, era notada a presença de pessoas que acompanhavam as partidas. No início dos campeonatos esportivos este público era predominantemente da elite e segundo Guterman (2010), o jogo atraía um público refinado nas arquibancadas que se posicionavam como expectadores. Porém, mesmo naquela época a paz fora “perturbada” por alguns elementos “estranhos à elite” (p.25). Pessoas que haviam entendido o funcionamento do jogo e adotaram um time ou jogador específico como favoritos, passando a exigir destes um bom desempenho. Caso isso não fosse observado, insatisfeitos, eles lançavam mão da vaia como forma de expressar seu descontentamento. Naquele momento da história observou-se a passagem de expectadores/assistentes para a caracterização dos ‘torcedores de futebol’. Com a popularização e profissionalização da prática, entre 1920 e 1930 (Naiff e Wolter, 2013), as torcidas passaram a abrigar pessoas de diversas classes, o que gerou um aumento deste público que se dedicava a acompanhar as partidas.

² Apesar da presença constante das mulheres no futebol ao longo da história, considero aqui a exclusão tendo em vista que a participação delas neste espaço se dá por meio de concessão e não é legitimada, a não ser que ela se enquadre em padrões exigidos para pertencer àquele meio. Segundo Carson (1995) o rompimento com essa desigualdade da demarcação de espaços não é resolvido com a simples inclusão feminina, mas sim com a observação e o questionamento do lugar em que nós, mulheres estamos sendo incluídas: a exclusão através de uma máscara inclusão.

No Brasil, segundo Toledo (1996), os grupos fiéis de torcedores de futebol datam da década de 1940. Estes agrupamentos eram associados e financiados, muitas vezes, diretamente pelos clubes. Ainda de acordo com o autor, o único objetivo destes grupos era torcer pelo time, não havendo interesses outros. Nas décadas de 1940 e 1950 tínhamos então no Brasil as torcidas conhecidas como ‘Torcidas Uniformizadas’. Este nome se deveu ao fato de que seus membros se caracterizavam por irem aos estádios com uma vestimenta que os identificasse: camisas ou uniformes. Como dito anteriormente, estas estavam diretamente vinculadas aos clubes, e a elas era creditado “um papel dirigente capaz de integrar, regular e até mesmo manter a ordem na assistência de espetáculos esportivos” (Toledo, 2002, p.277). Uma característica comum destes grupos era a eleição de um torcedor-símbolo, que se tratava de alguém reconhecido que se vinculava ou se identificava com a torcida, tornando-se uma referência para seus membros.

A partir da década de 1950, com a realização da Copa do Mundo no Brasil, houve crescimento da identidade nacional vinculada ao futebol, que se consolidaria na década de 1970, com o tricampeonato brasileiro. Esta época foi marcada também pelo aumento das Torcidas Uniformizadas e o surgimento das Organizadas³. Estas formas coletivas de torcer se diferenciavam das anteriores por terem conquistado maior organização e autonomia junto aos clubes. Vale ressaltar que a partir desta época Torcidas Uniformizadas e Organizadas passavam a coexistir no território brasileiro.

A partir da década de 1970, a relação do torcedor com o futebol sofreu alterações. Havia um sentimento de unidade mediado pelo reconhecimento externo enquanto potência mundial, e as torcidas organizadas aumentaram neste momento. A relação com o torcer começa a ir além da paixão pelo clube, influenciada por um maior incentivo Estatal para o esporte. Isso se estende até os problemas sofridos pelo futebol na década de 1980⁴, que trouxeram consigo uma nova fase das torcidas organizadas, de baixos públicos e aumento violência, atrelados ao alto preço dos ingressos.

³ O surgimento das Torcidas Organizadas é datado na década de 1960 e normalmente é atribuído à Força independente – Torcida Organizada do Corinthians.

⁴ Segundo Toledo (1996), no início da década de 1980 estoura a chamada Máfia da Loteria, que envolveu dirigentes, jogadores e árbitros de todo o país que manipulavam os resultados dos jogos para que pudesse se determinar os ganhadores da Loteria Esportiva.

No decorrer da história até os dias de hoje, são dadas às torcidas organizadas inúmeras funções, como por exemplo, cabos eleitorais, braços armados de dirigentes de futebol, entre outros. Porém, de acordo com Velho (1987), referenciado por Toledo (1996):

Estas organizações de torcedores são formadas através das paixões individuais que cada um traz consigo por um mesmo time mas que, em torno de projetos coletivos adquirem uma dimensão social pautada por interesses comuns. A organização de tais emoções, gostos e preferências, a priori subjetivos, norteia-se por estes projetos capazes de viabilizar simbólica e materialmente, um sentido às emoções e expectativas individuais (p.32).

Para Santos (2004), a escolha pela filiação às Torcidas Organizadas de Futebol pode ser motivada por aspectos como a paixão pelo clube esportivo ao qual se filia, ou uma necessidade de pertença. Partindo desta ideia e do pressuposto de que as Torcidas Organizadas são grupos dos quais se escolhe participar para evidenciar sua relação com o time, investigaremos a inserção feminina nestes agrupamentos.

MULHERES E FUTEBOL

Algumas considerações sócio-históricas acerca dos lugares sociais de gênero

Desde o primeiro jogo oficial realizado no Brasil, em 1904 (Guterman, 2010), já era notável a presença de mulheres nas arquibancadas: mulheres muito específicas em lugares muito específicos. Em meio àquela torcida de elite e muito bem educada, se destacavam as “senhoras e as senhoritas”, sempre acompanhada de “cavalheiros” que estavam ali para apreciar o belo esporte inglês. A inserção da mulher no contexto tipicamente masculino do futebol é normalmente apresentada pelo viés estético: seres que embelezam o espetáculo, cuja presença se dá por concessão. Vale ressaltar, que para além disso, a inserção feminina neste meio é um dos aspectos menos conhecidos da história do futebol brasileiro. Conforme Franzini (2005) apresenta, nem durante a primeira metade do século XX, período de extrema importância para a construção do Brasil enquanto “país do futebol”, a presença feminina nos estádios fora visibilizada.

Vale chamar a atenção para o fato de que o futebol não é apenas um espaço esportivo, mas, também, revelador de construções sócio-culturais. Os valores que dão origem e derivam dele mantêm uma lógica que nem sempre é clara, mas que visa

legitimar uma série de questões sociais, sendo a desigualdade de gênero uma delas.

Entendemos gênero neste trabalho enquanto uma categoria que trata dos processos de construção e reconstrução das relações sociais, se baseando para isso nas diferenças sexuais (Guedes, 1995). O gênero transforma a diferença sexual em desigualdade, tomando as regras binaristas instituídas sobre o ser homem e ser mulher enquanto verdades absolutas: “o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p.83). Rocha-Coutinho (1994) ressalta que há questões sociais, políticas e econômicas influenciando os comportamentos de homens e mulheres e criando padrões de relações. E, desta forma, as construções sociais delimitam pelo sexo o que é esperado de cada uma das pessoas e os lugares designados a elas.

Essas desigualdades de gênero se refletem na socialização e na sociabilidade, estando diretamente ligadas a uma vigília constante sobre os pares (Trindade e Nascimento, 2004). Este conjunto de construções sociais reafirmam os lugares de mulher e de homem (Scott, 1995) em nossa sociedade, sendo as mulheres sempre vinculadas ao terreno do privado enquanto os homens ao meio público. Assim, a entrada das mulheres nos estádios, por si só, como jogadoras ou espectadoras, já podem ser consideradas uma subversão desta norma machista, mas é importante repensar como esta entrada se dá, já que muitas vezes trata-se de uma concessão de espaços, o que não legitima a presença feminina neles.

A existência das mulheres no mundo público era possível em alguns locais específicos e, ainda assim, tendiam a uma reconstrução das relações do privado. Segundo Carson (1995) a identidade feminina se constrói em três pilares: maternidade, o matrimônio e o trabalho, este último não se tratando, necessariamente, de um trabalho formal, mas da disposição para as atividades, principalmente as domésticas/familiares ou as que com essas se articulam. E desta forma, se inserindo num meio público para a prática esportiva, as mulheres estariam indo contra este modelo tradicional de socialização.

Exemplos disso no futebol são perceptíveis desde sua chegada ao Brasil, no qual as mães e irmãs dos jogadores – membros da elite do país – iam ao campo contemplar e apoiar os homens de sua família: as mulheres torcedoras desde sempre estiveram presentes nos estádios, mas ocupando lugares muito específicos neste

ambiente (Malaia, 2012), sempre muito bem vigiadas e protegidas para que nada de indesejável acontecesse, o que segundo Biasoli-Alves (2000) se relaciona diretamente ao controle do corpo da mulher, pelo masculino.

Após este período, quando o futebol se torna um esporte popular, ainda assim, as mulheres continuavam indo aos campos para assistir membros de sua família ou acompanhada por eles. E sempre eram consideradas o elemento que embeleza o estádio, aparentemente não sendo reconhecidas no seu “torcer” ou no seu “fazer”, e reforçando sua imagem enquanto objeto para a apreciação masculina, estando dentro ou fora dos gramados⁵.

O aumento da violência, notado desde a década de 1920 – período que coincide com o aumento do pertencimento clubístico –, foi responsável, segundo Malaia (2012) pela diminuição das mulheres no estádio. Fazendo um salto histórico, podemos observar que isso se acentua na década de 1980, com o auge das torcidas organizadas, o que aparece associado à violência. Desta forma, este ambiente eminentemente masculino e tido como violento, não é tradicionalmente pensado como um espaço possível para a inserção das mulheres.

Segundo Silva et al (2012); em Belo Horizonte o perfil do torcedor organizado apesar de diversificado, é composto majoritariamente por homens (78% homens e 22% mulheres). Desta forma, torna-se curioso perceber que apesar dessa maioria numérica masculina, há também mulheres que ocupam espaços nestas instituições. Elas passaram a buscar/conquistar este território, e sua presença é algo comum nas arquibancadas de futebol. O fato é que estas mulheres nem sempre tem ‘o seu torcer’ reconhecido como algo legítimo, mas como a exceção entre gêneros e intra-gênero.

A LEGITIMIDADE DO TORCER E O FANTASMA DA ‘MARIA-CHUTEIRA’: A DINÂMICA IDENTITÁRIA EM AÇÃO

⁵ Segundo Franzini (2005), durante o Campeonato Paulista Feminino de 2001, uma “reportagem do jornal Folha de S. Paulo revelou que um dos pontos do projeto elaborado pela Federação Paulista de Futebol e pela empresa Pelé Sports & Marketing para o torneio condicionava seu sucesso a ações que enalteçam a beleza e a sensualidade da jogadora: calções minúsculos, maquiagem e longos cabelos, presos em rabos-de-cavalo. (p. 316-317). Este trecho ressaltado pelo autor evidencia a continuidade do papel da mulher enquanto adorno do espetáculo futebolístico.

A presença da mulher desacompanhada e sem a reprodução das relações privadas no meio público ainda causa estranhamento em alguns espaços. Um exemplo disso é o campo do esporte, que de acordo com Dunning (1992), é “tradicionalmente uma das mais importantes áreas reservadas masculinas e por esse motivo de potencial importância para o funcionamento de estruturas patriarcais” (p.390). Esta reprodução de condições sociais mais amplas se evidencia ao tomarmos as tentativas de inserção feminina no futebol, que segundo Moura (2003) ainda é para as mulheres “barganhar[em] atitudes e posições com o universo futebolístico masculino” (p.21). Além disso, o autor ainda afirma que, desde a chegada deste esporte no Brasil, a presença feminina nas arquibancadas está associada ao flerte: “flertar com os jovens das arquibancadas e tratar os próprios jogadores como objeto de desejo poderiam apontar um certo posicionamento diferente do habitual, que vê as mulheres, ainda hoje, como passivas perante a sociedade e o futebol” (Moura, 2003, p.21).

Ainda que esta posição das mulheres movidas por interesses próprios (nos jogadores) ao estádio seja questionadora, se tomarmos que este comportamento não se enquadra no padrão tradicional das identidades de gênero; atualmente ele é tido como um exemplo a não ser seguido. O fato de esta conduta feminina ter se ressaltado no decorrer da história, influenciou na construção das representações das mulheres inseridas no contexto do futebol, que passa, a partir, disso a contemplar a ‘Maria-chuteira’ - segundo Riboldi (2008), “a mulher que está sempre rondando o local onde se encontram os atletas, vai aos treinos, com o fim de namorar jogador de futebol” (Riboldi, 2008, p.78 citado por Noronha 2012, p. 647).

Segundo Costa (2007), o mito da Maria-Chuteira está associado à figura de Eva: “mulheres sedutoras e astuciosas que desviam o homem do caminho da virtude... no caso do futebol... desviariam os jogadores de seus treinos e concentrações, o que em alguns casos comprometeria o desempenho em campo” (p.13). Sendo este mito uma sombra negativa diante da imagem das mulheres que se envolvem no meio futebolístico, há uma tentativa de diferenciação constante entre as torcedoras que buscam legitimidade neste ambiente e nas relações que o envolvem, sejam elas inter-gênero e/ou intra-gênero.

A torcedora organizada, neste ponto, passa ser uma das figuras de oposição à categoria das ‘Marias-Chuteira’, já que se inserir em uma instituição derivada do futebol

e que se relaciona a uma paixão verdadeira a um clube, validaria sua presença neste ambiente. Mas, ainda assim, o que se observa é que isto não está garantido nem para estas mulheres, que não estariam “seguras” – em termos identitários – nem mesmo neste espaço. Isso fica claro se tivermos em vista que alguns estatutos de torcidas organizadas elaborados para mulheres ressaltam sempre que o critério de participação é ser uma torcedora autêntica e não estar ali em busca do prestígio que o futebol pode oferecer por meio dos jogadores.

Assim, temos as mulheres tentando conquistar, no meio futebolístico (até mesmo dentro das instituições organizadas), legitimidade nas interações entre gêneros: em relação grupo de ‘torcedores autênticos’ (homens, que são tidos como os especialistas neste meio, graças a uma socialização pautada neste esporte); e ‘não torcedores homens’ (que, apesar de não gostarem do espetáculo futebolístico tem suas opiniões legitimadas por um conhecimento adquirido nas relações e nas construções de masculinidade). Juntamente a isto, há uma busca por reconhecimento e validação do torcer nas relações intra-gênero: diferenciação das torcedoras ‘autênticas’ do restante de mulheres ‘não torcedoras’, com as quais a interação se faz desnecessária/desinteressante; e/ou, principalmente, se diferenciar destas mulheres retratadas acima que embora também inseridas no contexto do futebol personalizam o mito da ‘Maria-chuteira’ (Costa, 2007).

Este elemento da busca por legitimidade e inserção efetiva na torcida organizada de um clube diante da diversidade que envolve o meio do futebol está intimamente relacionado à noção de pertencimento ao grupo e à coerência da vinculação a ele. Ser reconhecida como uma torcedora autêntica, segundo Pollak (1992), denomina identidade em “seu sentido mais superficial”: “a imagem de si para si e para os outros” (p.204). Esta imagem pessoal não se desvincula de uma identidade social porque nenhuma autoimagem é construída independente do contexto em que se inserem o sujeito e seu grupo. Portanto, à identidade se relacionam vivências plurais que se dão em meio às relações sociais.

Segundo Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos (2007) “a identidade social remete à experiência grupal, ao nós, e conseqüentemente, aos vínculos ou, ... às redes” (p. 361). De acordo com Tajfel (1983), ainda tratado pelas autoras acima, “todos nós temos a necessidade de integridade e de respeito por nós mesmos e derivamos tal

respeito da nossa filiação a certos grupos que são importantes para nós” (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2007, p.361). Ele aponta que a identidade social é composta pelo conhecimento que o indivíduo tem do seu pertencimento a um grupo social, pelo significado emocional e o valor que é atribuído a esta pertença. Desta forma, sem o reconhecimento por parte do grupo da legitimidade do torcer e do vínculo que estas mulheres estabelecem com o time por meio de sua filiação a uma torcida organizada, há um abalo de seu auto-reconhecimento como torcedora autêntica, cabendo a ela uma constante reafirmação desta identidade social.

Esta reafirmação identitária, no caso das mulheres, está para além do conhecimento do esporte, mas se liga também a uma reprodução da masculinidade tradicional⁶ do meio. Segundo Goellner (2005) isso se configura numa masculinização das condutas, que surgem como uma reação à lógica de espetacularização dos corpos femininos, e assim, traz consigo uma ideia de rompimento com o mito da ‘Maria-Chuteira’ pela aparência. É mais um elemento de distanciamento destas figuras tidas como fúteis e que não se preocupam com as vitórias do clube ou com a dinâmica do esporte, e automaticamente uma aproximação da figura da torcedora apaixonada que procura torcer pelo time em qualquer condição a fim de auxiliá-lo a ter um melhor desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto importante e problematizável das redes de relações apresentadas neste trabalho é que aparentemente tais categorias são construídas de forma estanque, sendo que para ser uma torcedora de futebol considerada enquanto autêntica, e mais próxima da legitimidade garantida, parece haver a necessidade de um rompimento com a construção da feminilidade e uma aproximação de uma masculinidade possível e desejada naquele meio. As mulheres consideradas bonitas e que se enquadram no padrão do feminino hegemônico, estariam até mesmo dentro das torcidas organizadas, mas parece que seu torcer não é legitimado nem mesmo nas relações intra-gênero, já que ela está sempre sob suspeita.

⁶ Contrato social e sexual existente dentro do ambiente do futebol – que rege, principalmente as relações entre homens, mas se estende às relações com as mulheres que ousam se inserir neste espaço não tradicional para elas.

Vale ressaltar que, no cotidiano, estes grupos, teoricamente colocados como distantes, coexistem e interagem. E, além disso, fica evidente a importância desta convivência em um mesmo espaço – o ambiente do futebol –, para a construção de cada um deles, através de diferenciações e categorizações sociais. Desta forma, a partir das reflexões apresentadas acima e suscitadas no projeto, procuraremos compreender, na construção da dissertação, a rede de referências que podem compor a identidade social das ‘torcedoras de futebol’ por meio da dinâmica identitária entre os grupos de torcedores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Biasoli-Alves, Z.M.M.(2000) Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira do século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 16(3), pp.223-239.

Carson, A.C. (1995) Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. *Cadernos Pagu*.4,pp.187-218.

Costa, L.M. (2007) O que é uma torcedora? Notas sobre a representação e auto-representação do público feminino de futebol. *Revista Esporte e Sociedade*,4(2), pp.1-31.

Dunning, E. (1992) O desporto como uma área masculina reservada. Em: E. Norbert, *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, pp.389-412.

Franzini, F. (2005) Futebol é “coisa pra macho”? : Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: 25(50), pp.315-328.

Gianordoli-Nascimento, I. F., Trindade, Z. A., & Santos, M. F. S. (2007). Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), pp.359-370.

Goellner, S. V. (2005) Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 19(1), 2, pp.143-151.

Guedes, M. E. F. (1995). Gênero, o que é isso?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 15(1-3), pp.4-11.

Guterman, M. (2009) *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Editora Contexto.

Malaia, J. C. M. (2012). Torcer, torcedores, torcedoras e torcida brasileira: 1910-1950. Em: B. B. B. de Hollanda; J. M. C., Malaia; L. H. de Toledo; V. A. de Melo (orgs.). *A torcida brasileira*. (pp. 53-85). Rio de Janeiro: 7 letras.

Moura, E. J. L. (2003) *As relações entre lazer, futebol e gênero*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas.

Naiff, D. G.M.; Wolter, R.M.C.P. (2013) “A taça do mundo é nossa”: memórias do campeonato mundial de futebol de 1958. Em: C. P. de Sá; P. R. M. Menandro; L. A. M. Naiff (orgs.) *Psicologia social e o estudo da memória histórica: O caso dos Anos Dourados no Brasil*. (pp. 213-234). Curitiba: Appris.

Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), pp.107 – 128.

Noronha, M. P. (2012) *Sou mulher! Sou gremista! Representações da mulher no futebol e as cristalizações de gênero envolvidas neste processo: uma etnografia sobre torcedoras do grêmio*. Rio Grande do Sul, UFRGS, XI Encontro Estadual de História (ANPUHS)

Pollak, M. (1992). *Memória e identidade social*. *Estudos Históricos*, 5(10), pp.200-212.

Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.

Santos, T. C. (2004) *Dos espetáculos de massa às torcidas organizadas: paixão, rito e magia no futebol*. São Paulo: Annablume

Scott, J.W. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), pp.71-99.

Silva, S.R.; Debortoli, J.A.O.; Praça, G.M.; Augusto, I.G.; Silva, T.F; Gomes, A.S. (2012). Torcedores Organizados em Belo Horizonte. Em: S.R. Silva; J.A.O. Debortoli; T.F.Silva (Orgs.) *O futebol nas Gerais*. (pp. 23-47). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Souza, M. A. de. (1996) *Gênero e Raça: a nação construída pelo futebol brasileiro*. Cadernos Pagu (6-7), pp.109-154

Toledo, L. H. de. (1996) *Torcidas Organizadas de Futebol*. São Paulo: Editora Autores Associados/Anpocs.

Trindade, Z. A. & Nascimento, A. R. A. (2004). O homossexual e a homofobia na construção da masculinidade hegemônica. Em: L. Souza; Z. A. Trindade. (Orgs.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. (pp. 146-162). São Paulo: Casa do Psicólogo.